



INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS GUARABIRA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO COMERCIAL

ISLLAYNE HELOIZA DE MELO SALES

**A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA LÍNGUA PORTUGUESA ACERCA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFPB CAMPUS GUARABIRA - PB**

GUARABIRA/PB

2018

Isllayne Heloiza de Melo Sales

**A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA LÍNGUA PORTUGUESA ACERCA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFPB CAMPUS GUARABIRA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial do Instituto Federal da Paraíba – Campus Guarabira, como requisito obrigatório para a obtenção do título de tecnólogo em Gestão Comercial.

Orientador(a): Ma. Bruna Lyra Alves de Almeida

GUARABIRA, PB

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFPB - GUARABIRA

S163p Sales, Isllayne Heloiza de Melo

A percepção dos professores da língua portuguesa acerca da educação inclusiva no IFPB Campus Guarabira-PB / Isllayne Heloiza de Melo Sales. – Guarabira, 2018.
36 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Comercial) – Instituto Federal da Paraíba, Campus Guarabira, 2018.

"Orientação: Profa. MSc. Brunas Lira Alves de Almeida."

Referências.

1. Educação especial. 2. Inclusão. 3. Educação profissional. I. Título.

CDU 376

ISLLAYNE HELOIZA DE MELO SALES

**A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA LÍNGUA PORTUGUESA A CERCA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFPB CAMPUS GUARABIRA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia
em Gestão Comercial do Instituto Federal da
Paraíba – Campus Guarabira, como requisito
obrigatório para a obtenção do título de
tecnólogo em Gestão Comercial.

Defendida em: 14 / 11 / 2018.

BANCA EXAMINADORA

Bruna Lyra Alves de Almeida
Profª. Ma. Bruna Lyra Alves de Almeida (IFPB)
Orientador(a)

Erivan Lopes Tomé Junior
Prof. Ms. Erivan Lopes Tomé Junior
Membro Examinador Interno
Erivan Lopes Tomé Junior
Professor de EBT
Matricula: 222.556-5
IFPB - Campus Guarabira

Ana Cristina Batista
Profª. Ana Cristina Batista
Membro Examinador Externo

Dedico a Deus sob todas as coisas.

Aos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado.

AGRADECIMENTO

Este trabalho teve a contribuição de todos os Professores do IFPB –Guarabira que contribuíram para minha formação acadêmica. Em especial a Minha Orientadora a Senhora Ma. Bruna Lyra Alves de Almeida, que esteve ao meu lado na composição deste trabalho. A todos os meus sinceros agradecimentos.

“A educação inclusiva só começa com uma radical reforma, da escola, com a mudança do sistema existente e repassando-se inteiramente o currículo, para se alcançar a necessidade de todos”.

Dulce Barros de Almeida

RESUMO

O presente artigo de pesquisa visa compreender a atual situação da Educação Especial e Educação Inclusiva na perspectiva da percepção dos professores acerca da educação inclusiva no IFPB. Sendo assim, torna-se relevante compreender como o processo de recepção, acolhimento, metodologia, ensino e aprendizagem desses alunos estão sendo compreendidos pelos profissionais do IFPB. A pesquisa caracteriza-se como exploratória-descritiva, através de uma abordagem qualitativa. Os sujeitos de pesquisa foram os professores que lecionam a disciplina de Língua Portuguesa do Instituto Federal da Paraíba, Campus Guarabira, e a coleta de dados se deu através de entrevista. Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado como instrumento de pesquisa por meio do qual foi possível identificar as percepções dos professores que atuam junto aos alunos com deficiência auditiva. Como principais resultados, foi possível identificar que, apesar do apoio oferecido pela instituição tais como: com matérias suficientes, salas especializadas, profissionais bem capacitados, seja os professores e os intérpretes, bem como a atuação fundamental do NAPNE - Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais, os entrevistados afirmam que muito ainda pode ser feito pela instituição, como por exemplo ampliar as salas de recursos, e fornecer materiais didáticos a esses alunos com deficiência, afim de, garantir não apenas o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, mas, também, o que realmente importa no processo inclusivo. Conclui-se que, apesar dos avanços nas metodologias e na oferta de ensino superior a pessoas com deficiência, ainda pode ser melhorada, com mais recursos, salas especializadas, e a capacitação dos profissionais da área, assim, afirma-se a necessidade de inclusão real desse indivíduo no meio social em que vive, garantindo seus plenos direitos a educação de qualidade e cidadania.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Educação Profissional.

ABSTRACT

This article aims to understand the current situation of Special Education and Inclusive Education in the perspective of the teachers' perception about inclusive education in the IFPB. Thus, it becomes relevant to understand how the process of reception, reception, methodology, teaching and learning of these students are being understood by IFPB professionals. The research was characterized as exploratory-descriptive type, through a qualitative approach. The subjects of the research were the teachers of the Federal Institute of Paraíba, Campus Guarabira, and data collection was given through an interview. A semi-structured interview script was used as a research tool through which it was possible to identify the perceptions of teachers who work with students with disabilities, especially rooms with visually impaired students. As main results, it was possible to identify that, despite the support offered by the institution such as: with sufficient materials, specialized rooms, well-trained professionals, be the teachers and the interpreters, as well as the fundamental work of NAPNE - Specific Needs, the interviewees affirm that much can still be done by the institution, in order to guarantee not only the teaching and learning process of the students, but also what really matters in the inclusive process. Regarding the personal vision of the article, it is concluded that, despite the advances in methodologies and the provision of higher education for people with disabilities, it can still be improved, with more resources, specialized rooms and the qualification of the professionals of the area, it affirms the need for real inclusion of this individual in the social environment in which he lives, guaranteeing his full rights to quality education and citizenship.

Key words: Special Education. Inclusive. Professions Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro1 – Alunos representantes da Educação Inclusiva Disciplina Contabilidade do IFPB Campus Guarabira – PB.....	19
Quadro2 – Alunos representantes da Educação Inclusiva Disciplina Informática do IFPB Campus Guarabira – PB.....	20
Quadro3 – Professores representantes da Educação Inclusiva do IFPB Campus Guarabira – PB.....	20

LISTA DE SIGLAS

PB - Paraíba

IFPB – Instituto Federal da Paraíba

NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais

TEA – Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS DIAS ATUAIS	15
2.2 PAPEL DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	17
3 METODOLOGIA	19
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
4.1 DADOS DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS.....	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICES	31
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	34

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição Brasileira em seu artigo 208, inciso III destaca a Educação Especial é uma modalidade de ensino contemplada em seu Art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei nº 9.394/1996), definida de acordo com a redação dada pela Lei nº 12.796/2013, da seguinte forma:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou “superdotação” (BRASIL, 1996).

Sendo assim, a Constituição Federal de 1988 estabelece como um dos objetivos principais da República Federativa do Brasil: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 3º, Inciso IV), apresentando que a educação é um direito de todos, tendo em vista o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Art. 205), formalizado por um dos princípios do ensino na garantia da “igualdade de condições e permanência na escola” (Art. 206, Inciso I), esta afirmação é importante para que se compreenda os processos de inclusão social no Brasil.

No que tange à educação, no Brasil ainda são inúmeras indagações e aspectos que acabam por se perderem em meio às dificuldades que se encontram enquanto educadores. Tais dificuldades podem ser classificadas como: a situação do currículo escolar que não privilegia o educando com necessidades especiais, por exemplo, não explora outros meios que facilitem e colaborem para o aprendizado desses alunos (PEREIRA, 2008).

Analisar o uso de novas metodologias no que versam a Educação Inclusiva, como também a realidade de muitos profissionais que devem estar envolvidos nesse processo, incluindo os colegas de sala, as famílias de cada um, a própria instituição que deve atender a lei, enquanto uma realidade vivenciada nas salas de aula regulares é uma forma de incluir este indivíduo no processo de socialização, ensino, aprendizagem e de entendimento do real papel das instituições de ensino e do professor, de acolher e possibilitar meios necessários ao alcance dos objetivos de ensino e aprendizagem que a educação deve ter, bem como, devem abandonar posturas segregacionista, que acabam por dificultar a situação do educador, que deverá ser o condutor de atividades que estimulem o no educando com deficiências todas as suas potencialidades e dimensões para seu desenvolvimento educativo (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009).

Assim, o presente trabalho visa “analisar a percepção dos professores de Língua Portuguesa do IFPB - Guarabira acerca do atendimento ao aluno com deficiência auditiva na perspectiva da Educação Inclusiva”

Deve-se levar em consideração as premissas educativas e de caráter inclusivo desenvolvidas dentro das salas de aula do ensino regular, observando também, o papel social que a escola desempenha na busca de estabelecer elos entre a socialização, educação e respeito com pessoas surdas em nossa sociedade (MITTLER, 2003).

Para alcance do objetivo dessa pesquisa, foram necessários o alcance dos seguintes objetivos específicos: identificar os alunos deficientes matriculados no IFPB, assim como a deficiência diagnosticada; verificar quem são os professores que atuam com os alunos deficientes; descrever como se apresentam as estratégias pedagógicas inclusivas dos professores que atuam com alunos com deficiência; identificar as dificuldades que os professores enfrentam para atendimento dos alunos público-alvo da educação especial; levantar as sugestões dos professores para melhorar o atendimento dos alunos com deficiência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde sempre as deficiências são encarradas como obstáculos e grandes entreves em nossa sociedade, para que a pessoa com deficiência possa se estabelecer no mundo e ampliar seus conhecimentos.

Neste sentido, a Educação Inclusiva surge como um despertar na educação, e assim, como destaque da presente pesquisa, surge os preceitos que definem mais estudos voltados a realidade educacional de pessoas com deficiente auditivo, como um despertar pela aprendizagem que vem sendo auxiliada pela tecnologia que socializou ainda mais o acesso dessas pessoas aos diversos meios sociais aos quais todos estão inseridos.

Contudo, a importância de mais investimentos na área educacional para crianças e jovens com necessidades especiais, especialmente aos alunos surdos, tem recebido diversas indagações, na luta pela inclusão e as melhorias na qualidade do ensino no Brasil.

A surdez no Brasil já obteve inúmeros avanços, tanto na área social quanto educacional, assim, falando no meio educacional sobre esses avanços destaca-se a introdução de Libras nas escolas públicas, bem como, a presença de interpretes a esses estudantes, e da adaptação do currículo educacional para fins pedagógicos e inclusivos.

Nesse sentido, o presente artigo discutirá aspectos da Educação Inclusiva no Brasil, dos aspetos do profissional da educação que recebe esse alunos e especialmente discutirá sua importância.

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS DIAS ATUAIS

Atualmente, a educação especial perpassa todos os níveis e modalidades da educação básica e do ensino superior de modo a promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiência, condutas típicas ou de altas habilidades/superdotação, e abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino (BIANCHETTI, 1995).

Para Damázio (2007, p. 19) o público alvo da educação especial é aquele que apresentam necessidades específicas, limitações diferentes dos demais alunos ditos “normais” no domínio da aprendizagem curricular correspondente à sua idade e que requer recursos pedagógicos e metodológicos educativos específicos.

A principal finalidade da educação especial ou da educação geral deve ser a busca pelo desenvolvimento integral do homem e a sua preparação para uma vida produtiva na sociedade, fundada no equilíbrio entre os interesses individuais ou coletivo (ARANHA, 2001).

Compreende-se que foi o Decreto nº 7.611/2011 que garantem atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, ofertando os serviços de apoio especializado com o objetivo de eliminar as barreiras de acesso e permanência dos estudantes com deficiência na escola (BRASIL, 2011).

O Decreto nº 7.611/2011 (Art. 2º) denomina de atendimento educacional especializado os serviços de apoio especializado que a Educação Especial deve garantir com o objetivo de “eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2011, p. 15).

Por isso, pode-se afirmar que a educação especial e inclusiva, enquanto modalidade de ensino está relacionada a uma pedagogia ampliada e acessível capaz de educar com êxito a todos os alunos, mesmo aqueles que apresentam limitações severas, isto é, de ofertar às pessoas com deficiência as mesmas oportunidades e igualdades sociais, educacionais e profissionais, respeitando e valorizando as características específicas de cada uma delas (SAMPAIO, SAMPAIO, 2009).

Ou seja, de acordo com o Decreto Lei nº 5.626/2005 “a educação inclusiva de alunos com surdez na escola regular, parte do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, provoca mudanças na escola e na formação docente” (DEUS, 2011, p. 02).

Portanto, a educação inclusiva dar-se-á por meio de mecanismos que buscarão atender a diversidade no geral e os profissionais habilitados com formação coerente a sua prática, como, por exemplo, propostas curriculares adaptadas, acessibilidade na comunicação e nos espaços a partir daquelas adotadas pela educação básica de qualidade. O atendimento dos alunos com deficiência incluídos em classes comuns, exige serviços e ações de apoio integrado por docentes e técnicos qualificados e uma escola aberta à diversidade e preparada para atendê-los (FRANÇA, 2014). Situação essa evidenciada no IFPB, uma vez que o Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), sendo o apoio no atendimento das pessoas com deficiência.

O objetivo da inclusão está fundamentado dentro da Política Nacional Educacional e Social (BRASIL, 2005), como uma artéria que contempla todas as políticas, visto que:

Inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para benefício de alunos com e sem deficiência. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e essa condição não é comum aos professores em geral (MITTLER, 2003, p. 26).

A educação inclusiva está contextualizada dentro da proposta da educação especial, possibilitando que todos possam estar juntos e aprender juntos, conforme as diretrizes da Declaração de Salamanca¹ (1994), transformando a escola em um ambiente favorável para todos.

Como já era previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988, foi possível a partir das propostas elencadas nas diretrizes da Declaração de Salamanca, das Políticas Educacionais de Inclusão, Decretos e Leis, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB é acrescentado em sua composição a implementação operacional da Sala de Recursos Multifuncionais – SRM para a realização do Atendimento Educacional Especializado – AEE direcionado para os alunos com deficiência (MITTLER, 2003).

Dessa forma, surgem as Salas Multifuncionais nas escolas que auxiliam no trabalho do educador.

A Sala de Recursos Multifuncionais - SRM é um espaço educacional com acessibilidade, materiais tecnológicos adaptados e jogos específicos para atender alunos com deficiência, na qual é proporcionado o Atendimento Educacional Especializado – AEE, que é um serviço de cunho pedagógico, ministrado por uma equipe de professores especialistas (Professor especializado, Professor/Instrutor da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Professor de Braille), que tem a função de complementar e suplementar os alunos com deficiência e superdotados que necessitam utilizar os recursos e materiais pedagógicos com a finalidade de desenvolver seus conhecimentos, habilidades e competências (FRANÇA, 2014).

No caso do Atendimento no IFPB Campus Guarabira – PB é realizado através do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas, que acompanha dos estudantes dando o suporte necessário a eles, e aos profissionais.

¹ A partir das propostas elencadas nas diretrizes da Declaração de Salamanca, das Políticas Educacionais de Inclusão, Decretos e Leis, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB é acrescentado em sua composição a implementação operacional da Sala de Recursos Multifuncionais – SRM para a realização do Atendimento Educacional Especializado – AEE direcionado para os alunos com deficiência (MITTLER, 2003).

Sendo assim, as políticas públicas tratam dos recursos para tal instituições com fins democráticos e inclusivos, visando a melhoria do atendimento a pessoas com deficiência nas unidades de ensino federal de todo o Brasil, bem como, está disposto aos mecanismos legais que são defendidos pela Constituição Federal Brasileira na garantia de uma educação de qualidade para todos nos mais diversos níveis de educação.

Sabe-se que o Atendimento Educacional Especializado – AEE pode ser realizado em classes comuns na rede regular de ensino ou em um espaço reservado para atender aos alunos com deficiência matriculados na rede regular de ensino em horário oposto a sala comum. Com isso, a escola tem por objetivo ofertar este serviço por meio de equipamentos, metodologias pedagógicas práticas e recursos adequados às necessidades educacionais dos alunos vinculados a este serviço, além de, desenvolver a aprendizagem dos alunos na utilização dos recursos de Tecnologia Assistiva - TA para quem necessitar (ARANHA, 2001).

O atendimento especializado se dá para alunos que moram próximos às escolas que possuem a sala de recursos multifuncionais se estendendo para aqueles alunos que moram distante da escola, mas necessitam desse atendimento, podendo ser executado de forma individual ou em pequenos grupos para alunos que apresentem necessidades específicas semelhantes, diferentemente do horário que frequentam a sala de aula regular (BIANCHETTI, 1995).

Com isso, é importante destacar que o atendimento educacional especializado, nas salas de recursos multifuncionais, está embasado em uma ação do sistema de ensino que visa acolher e atender a diversidade sócio-educacional ao longo do processo básico do ensino, constituindo-se num serviço ofertado pela instituição, em dar suporte necessário às necessidades educacionais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento, desenvolvimento cognitivo, autonomia e à sua cidadania, destacando o papel do professor neste processo.

2.2 PAPEL DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ESCOLAR

É preciso que os profissionais da educação tenham acesso ao conhecimento produzido na área da educação, do social e da cultura em geral, para repensarem sua prática, de reconstruir enquanto cidadãos e atuarem enquanto sujeitos da produção de conhecimento, pois este é o papel do professor perante seu trabalho com o aluno (MITTLER, 2003).

E para que possam mais do que adequar currículos ou aplicar novas propostas à realidade do aluno, o professor deverá ver na escola uma oportunidade de intervir com conhecimentos diversos para a formação desse aluno, os recursos pedagógicos que devem ser utilizados em que atuam efetivamente no participar da sua concepção, construção e consolidação devem estar pautados na realidade e vivência do aluno, gerando novas oportunidades e o desenvolvimento de suas habilidades (FRANÇA, 2014).

No que diz respeito ao trabalho do professor na Educação Inclusiva, o professor tem a possibilidade de trabalhar com uma metodologia que aprimore o conhecimento do aluno e enriqueça o para seu trabalho, assim, permite que o aluno interaja com sua vivência, através de momentos de encontro com o outro, momentos de fantasia e de realidade, de ressignificação e percepção, momentos de autoconhecimento e conhecimento do outro, de cuidar de si e olhar para o outro, momentos de vida, todos estes momentos acima elencados são formas lúdicas de aprender e que devem e podem ser interpretados pelo professor como meios pedagógicos de ensinar e de transferir conhecimento, contudo é necessário que a escola esteja sempre disposta a exercer este papel junto, ao professor, e oferecer espaço e materiais pedagógicos necessários à dinâmica pedagógicos deve ser válida e consistente, pois o aluno da Educação Inclusiva deve sentir-se bem com a atividade lúdica implementada (TEIXEIRA, 1995).

Várias são as razões que levam os professores a recorrer às atividades lúdicas, por exemplo, e a utilizá-las como um recurso no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula que atendem a educação inclusiva mudando assim seu currículo: “As atividades lúdicas correspondem a um impulso natural da criança, e neste sentido, satisfazem uma necessidade interior, pois o ser humano apresenta uma tendência lúdica” (TEIXEIRA, 1995, p. 03).

Uma aula com características lúdicas dentro da educação inclusiva não precisa ter jogos ou brinquedos de forma abundante, mas deve ser um lugar que inspire a fantasia e que mostre ao aluno que lá é possível brincar e aprender com a brincadeira (FRANÇA, 2014).

O que traz ludicidade para a sala de aula de educação inclusiva, por exemplo, é muito mais uma atitude lúdica do educador e dos educandos é a forma como estas brincadeiras, jogos, brinquedos são utilizadas e manuseadas, quais as diretrizes que cada uma desses objetos e situações eles oferecem e proporcionam ao aluno, qual o verdadeiro papel do lúdico para a aprendizagem.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva de campo, com uma abordagem qualitativa. Foi realizada no campus Guarabira (PB) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), junto aos professores da disciplina de Língua Portuguesa. A cobrança dessa disciplina em concursos públicos, o fato de ser uma segunda língua para a comunidade surda, uma vez que se tornou importante pesquisar sobre este tipo de deficiência em virtude do alto quantitativo de alunos do IFPB – Campus Guarabira com esta deficiência, bem como, pela questão atual da educação inclusiva em constante debate, são fatores que nos levam à escolha dessa disciplina, além da necessidade de limitação do universo pesquisado.

Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas em horários agendados previamente com os professores. Como instrumento de pesquisa foi utilizado o roteiro de entrevista semiestruturado. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra e os dados coletados foram analisados por meio do método da análise de conteúdo. Os entrevistados se disponibilizaram, no turno da tarde, para responderem as perguntas feitas na entrevista, a duração do encontro foi em média de 15 minutos, a mesma foi realizada no âmbito da sala dos professores do IFPB Campus Guarabira – PB, com o consentimento prévio dos entrevistados, que se disponibilizaram a responder sem nenhuma restrição.

A análise partiu da realidade vivência pelos Alunos Surdos que fazem parte do curso de Contabilidade do IFPB Campus Guarabira, como pode-se conferir:

Quadro1 – Alunos representantes da Educação Inclusiva Disciplina Contabilidade do IFPB Campus Guarabira – PB

ALUNO	ANO DE ESTUDO	DEFICIÊNCIA
Natanael	1º ano	Surdez
Edmilson	1º ano	Surdez
Inaê	1º ano	(Dislexia/Discalculia)
Jefferson	1º ano	Surdez
Valdomiro Pedro	1º ano	Surdez
Isabel	3º ano	Deficiência Visual

Nesta sessão foram descritos os alunos com deficiência que fazem parte do curso de Informática, apesar de que estão inseridos em outros cursos, destacou-se este pela maior incidência de alunos com Surdez, segundo dados do Campus Guarabira, os mesmos, estão inseridos no processo formador e disseminador de conhecimentos, tal qual requer os preceitos

da Educação Inclusiva no Brasil. Quanto ao curso de Informática foram identificados os seguintes alunos com deficiência:

Quadro2 – Alunos representantes da Educação Inclusiva Disciplina Informática do IFPB Campus Guarabira – PB

ALUNO	DISCIPLINA	Situação	DEFICIÊNCIA
Erick Bruno	Informática	1º ano	(DA/Surdez)
Bruno Brito	Informática	1º ano	(aguardando retorno do laudo para TEA- Transtorno Do Espectro Autista, ainda não está inserido no Napne).
Vamberto	Informática	4º ano	(DA/Surdez)
Renato	Informática	4º ano	(DA/Surdez)

Quanto as disciplinas destacamos os serviços dos seguintes profissionais (sujeitos da pesquisa), que se deparam com múltiplas deficiências em suas salas de aula, sendo mais uma dificuldade no processo de inclusão, pois a identificação de deficiências diferentes no mesmo ambiente de ensino configura a necessidade do reconhecimento do profissional em trabalhar com metodologias que atinjam a todos no processo formador de ensino e aprendizagem como um todo, como pode-se identificar no Quadro 3, por exemplo:

Quadro3 – Professores representantes da Educação Inclusiva do IFPB Campus Guarabira – PB

	DISCIPLINA		
PROFESSOR	Informática	Contabilidade	Edificações
Alcimar	1ºano/4ºano	1º ano	1º ano
Erivan	2ºano	2ºano/3ºano	2ºano

A Língua Portuguesa é considerada a L2, (visto que o aluno surdo tem a vivência da Libras em seu contexto linguístico, e agora adquire uma segunda língua, no caso a Língua Portuguesa, caracterizando como qualquer língua aprendida após a primeira língua ou língua materna se considera a nomenclatura de L2) uma vez que esta é segunda língua desses alunos, pode ser um dos nortes para esta pesquisa, para tanto foram escolhidos 2 professores (sujeitos de pesquisa), visto sua atuação em sala com alunos deficientes.

Os mesmos atendem aos alunos em séries do Ensino Integrado (1º 2º e 3º anos) nos cursos técnicos de Informática, Edificações e Contabilidade, atendendo a alunos com diversas dificuldades, especialmente, os surdos (foco da pesquisa)

Neste percurso dá-se destaque aos que tem surdez, uma vez que, a aprendizagem em Língua Portuguesa dificulta o acesso às informações, em virtudes das deficiências os mesmos não têm a capacidade auditiva, sendo apenas inseridos segundo a linguagem oral e escrita. Ou seja, a entrevista semiestruturada é uma forma de analisar os dados que serão feitos por meio da análise de conteúdo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 DADOS DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS

Esta sessão será destinada a expor as respostas dos entrevistados, tendo como norte as perguntas realizadas na entrevista semiestruturada, realizada com dois professores da instituição que tem alunos com deficiência (surdos) em suas salas de aula regulares do IFPB Campus Guarabira – PB.

Neste momento foi destinado a descrever as opiniões dos professores quanto às estratégias pedagógicas inclusivas utilizadas por eles em sala de aula quanto o alcance do processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência, no caso do presente trabalho, os alunos surdos integrantes das salas de aulas do IFPB – Campus Guarabira

Sendo assim, algumas perguntas foram primordiais para compreender esta realidade. De forma que, pode-se destacar na fala dos entrevistados é essencial a discussão deste artigo.

Dessa forma ao serem indagados sobre as metodologias de ensino voltadas aos alunos deficientes surdos, foi possível identificar que ainda é necessário, melhorias no processo de escolha de metodologias assistidas as necessidades desses educandos.

Apesar que, as metodologias de ensino mais utilizadas em sala de aula pelos professores destacadas durante a entrevista demonstram, ainda, uma certa falta de instrumentos que permitam o acesso desses alunos ao conhecimento.

Metodologias que abordem a vivência do aluno com surdez são comuns numa educação inclusiva, o uso do quadro negro, pode sim ser uma forma de metodologia, mas, necessita ser revisto, pois a apresentação da Linguagem escrita, por exemplo, é possível, desde que, aborde a linguagem de sinais.

O falar com as mãos, expondo a realidade em que o conhecimento deverá ser trabalhado diferentemente, de forma a interagir com os surdos na sala regular dentro da perspectiva do currículo educacional da escola, exigindo uma nova postura do professor, tanto para lidar com como intérprete, ou com a presença do mesmo, acreditando em metodologias que abordem as exposições orais, pois segundo Lopes (2006) os alunos com surdez acostumados com a comunicação oral, apresentam maiores dificuldade para ler, então, ao ser abordados uma linguagem escrita, expositiva, com a escrita das palavras e sua associação com objetos facilita mais o processo de aprendizagem.

Quando se escreve, segundo Castro (2008) é mais difícil perceber quem entendeu a linguagem escrita no quadro, em virtude da exposição e visualização.

Ainda segundo o autor, metodologias que abordem o uso de objetos variados ajudam a ensinar, pois, é por meio da aplicação de parte da metodologia diferenciada no ensino, que se enriquece o conhecimento, e assim, a prática é enriquecida por materiais diversos, nas salas só com ouvintes, metodologias orais são mais fáceis de serem compreendidas, porém, quando se trata de ambas as realidades é possível compreender que as dificuldades dos alunos surdos são iguais, quando não se utiliza as metodologias corretamente.

Sendo assim, a questão da aprendizagem e a importância da elaboração de salas destinadas a atividades ainda mais inclusivas na Instituição em pesquisa são primordiais, bem como o destaque para o processo de aprendizagem sobre a escola em movimento, em que as aprendizagens sobre os níveis, turnos, salas especiais de ensino, a metodologia escolhido pelo professor devem atingir a aprendizagem sobre as formas de organização do processo de ensino-aprendizagem, destacando o percurso metodológico coerente com a realidade da aprendizagem desses alunos surdos.

Com isso, a resposta dos entrevistados configura a realidade que eles enfrentam dentro das salas de aula, pois o uso de novas metodologias de ensino que estimulem o interesse do alunado deve ser uma prática constante, objetivando a oferta de serviços por meio de metodologias pedagógicas e práticas condizentes a realidade do aluno, com recursos adequados às necessidades educacionais, vinculando a aprendizagem e as técnicas a serviço da educação.

Desta forma, analisando os recursos disponibilizados pelos professores na descrição de suas metodologias, o uso delas é fundamental no que versam as demandas na Educação Inclusiva, por exemplo, e especialmente no ensino oferecido pelo Instituto, (campo de atendimento dos nossos entrevistados) como também a realidade de muitos profissionais que devem estar envolvidos nesse processo, tendo em vista que as metodologias de ensino aplicadas em sala deverão ser o condutores de atividades que incitem no educando com deficiências, neste caso os surdos, todas as suas potencialidades e dimensões para seu desenvolvimento educacional, ainda sendo destaque dos autores, como Lopes; Menezes (2010).

Neste mesmo percurso, surge a afirmativa que destacou-se quanto a percepção dos entrevistados quanto a ineficiência das metodologias aplicadas com alunos surdos na sala de aula são preocupantes. Pois, apesar da presença do Núcleo de Apoio à Pessoas com

Necessidades Especiais e das ações conjuntas em garantir a integração e inserção desse aluno nas salas regulares no IFPB, ainda deve ser feito muitos ajustes, necessários a essa realidade.

Segundo Lopes; Menezes (2010) o percurso de trabalho desses professores quanto o atendimento de alunos surdos em sala de aula, revelando um trabalho de abordagem pedagógica responsável, em que a postura do professor deve ser contínua, no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita desses alunos surdos.

Pois, segundo Lodi (2013) a aquisição de uma outra língua (L2 – língua Portuguesa) para pessoas surdas se torna um desafio para as salas de aula inclusivas, pois o uso de estratégias de ensino, com metodologias diferenciadas deveram atingir a todos, sem exceções. O que se confirmou na resposta dos professores, justamente se equivale a busca constante da aprendizagem e inclusão.

O professor pode desenvolver o hábito de leitura com os alunos, mesmo sendo surdos, incentivando diariamente, através da introdução de atividades de leitura que compõem a Língua Portuguesa (L2) bem como, a apresentação do mundo visual a esses alunos, sempre almejando a inclusão e a liberdade da aprendizagem desses alunos.

Quanto a percepção dos professores no que tange a identificação das dificuldades que os professores enfrentam para atendimento dos alunos surdos da educação especial do campo de pesquisa, foi escolhido outras três perguntas para melhor compreender o universo educacional desses professores, quanto ao trabalho, acolhimento e dinâmica educacional disposta a alunos com deficiência auditiva.

Segundo Laplane; Prieto (2010) a formação do profissional na educação inclusiva é fundamental, pois destacam a necessidade de formação ao professor, de forma continua o professore deve buscar está sempre pronto a receber a clientela da educação inclusiva, perpassando pela necessidade da formação. Segundo a noção dos professores, consideram de fundamental importância à formação a nível superior dos educadores, pois, deve-se conhecer, não apenas a prática, mas, também as teorias que norteiam a educação.

Os professores da educação inclusiva deveram considerar a importância do profissional que busque a formação superior, mas, devem ressaltar a falta de incentivo por parte dos órgãos municipais e estaduais, enquanto recursos e disponibilidade de tempo para que elas busquem a formação.

O que se deve buscar também é uma formação reflexiva sobre o trabalho desempenhado por estes profissionais dentro de perspectiva inclusiva, sendo assim, um planejamento claro, com objetividade em seu processo formador e executor, torna o professor

articulador de conhecimentos, vinculado ao trabalho administrativo-pedagógico, possibilita a efetivação de direitos e deveres, tendo como eixo central o ensino e a aprendizagem do aluno.

Já quanto os processos de planejamento para a educação inclusiva, o campo de pesquisa demonstrou aspectos bem específicos, em que é fundamental destacar a ação do profissional da educação. Desde quando o planejamento venha a auxiliar em sua prática docente, privilegio o desenvolvimento de alunos com deficiência, quanto na sua formação continuada e qualificação profissional. A busca por novas formas metodológicas que elevem a educação e o conhecimento do educador são buscas constantes da educação.

Quanto a promoção do processo de ensino aprendizagem junto aos alunos deficientes o destaque foi quanto as ações desenvolvidas dentro do IFPB pelo Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), bem como, foi possível destacar na fala dos entrevistados, qual a percepção sobre o apoio da instituição para que você consiga atender bem os alunos com deficiência.

A estrutura montada pelo IFPB no atendimento a pessoas com deficiência o NAPNE é importante no processo de inclusão desses alunos. De acordo com a fala dos professores, o apoio dado pelo núcleo é fundamental, bem como o trabalho desenvolvido pelos interpretes dentro e fora das salas de aula.

Segundo site do IFPB (2018) o NAPNE é um setor do IFPB que objetiva as garantias da acessibilidade dos alunos com necessidades educacionais especiais, dando suporte metodológico necessário, ao corpo docente e orientando os pais (acesso importante no processo de inclusão desse aluno) no processo de inserção familiar dentro do Instituto. Enquanto Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), surgiu na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através do Programa TEC NEP (Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais), como uma necessidade de atender ao público com deficiência nos Institutos Federais.

O Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Especiais atua na tríade da educação inclusiva, aliado os conhecimentos no que tange, a instituição-aluno-sociedade, de forma a solucionar possíveis conflitos que venham a criar empecilhos no processo de inclusão e integração, tanto do aluno ingresso quanto do professor.

Neste sentido, a resposta dos professores traz à tona a realidade educacional, na ótica inclusiva, que visa o preparado do educador e da instituição para receber o aluno com necessidades especiais, o NAPNE, mantém parceria com outras instituições de ensino, ONG's

e fundações, objetivando o intercâmbio de conhecimento, socialização de experiências, troca de tecnologias assistivas (TIC's) e a promoção de workshops, eventos, seminários e congressos (IFPB, 2018).

Neste percurso a entrevista também destacou o reconhecimento das principais dificuldades que os professores encontram em preparar as aulas destinadas a turmas com alunos surdos, e assim, como o processo de promoção da inclusão desses alunos é realizado com os demais, foi possível identificar que as principais dificuldades, no ponto de vista dos professores, é quanto o papel que cabe ao aluno nesse processo formador de conhecimentos, pois dificuldades com o aluno deficiente só o fato de ir para aula já se caracteriza como uma das primeiras dificuldades enfrentadas por esses alunos, é o importante que ele não se desestimele mediante as dificuldades, pois a aprendizagem deve ser o foco.

Outro ponto interessante, identificado durante a entrevista, é que o professor tem que ter em mente a questão da diferenciação de inclusão e integração, como define a Lei nº 5626/2005 (BRASIL, 2005).

Neste sentido, destaca-se na resposta dos Professores entrevistados demonstra a ideia de Piaget (1982) que mostra cada fase de desenvolvimento apresenta características e possibilidades de crescimento da maturação ou de aquisições de conhecimentos, sendo o aluno “normal” ou com deficiência. O conhecimento destas possibilidades faz com que os professores possam oferecer estímulos adequados a um maior desenvolvimento do indivíduo com deficiência neste contexto.

Neste sentido, surge a percepção do professor em reconheça a diferença conceitual entre inclusão e integração. Ou seja, numa sociedade inclusiva a mesma assume um compromisso com as minorias e não apenas com as pessoas com deficiência, fazendo com que este compromisso com elas e com sua diversidade que nossa sociedade apresenta todos os dias. Integrar é um movimento político que exige uma autotransformação dos preceitos sociais que integram nossa sociedade

Com a observação do campo de pesquisa, é possível identificar que é assim, que surgem os aspectos que definem a inclusão. Assim, refletem as situações que inserem totalmente e incondicional o portador de deficiência, no que condiz as crianças com deficiência não precisam “se preparar” para ir à escola regular, a escola é que deve estar preparada para recebê-la

As mudanças que antecedem e precedem a inclusão beneficiam toda e qualquer pessoa, não estipulando quem ganha ou perde nesse processo, apenas os benefícios que esta relação irá ocasionar.

Através do trabalho do professor em incluir esse aluno irá exigir transformações profundas dentro e fora da escola, a sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência, e assim, a escola tem esta missão ainda mais ampliada, pois tratará do material humano, onde o aluno é o cerne do desenvolvimento, intelectual, ético e social, e com isso, se torna mais atenta às necessidades de todos nesse processo de inclusão. No que tange o processo educacional do professor deve considerar o planejamento fundamental para o trabalho em sala de aula dos professores.

Neste sentido, segundo Lopes; Menezes (2010) processo de desenvolvimento do trabalho do professor da educação inclusiva, consiste no reconhecimento de sua função e como o mesmo pode operar para a diminuição de casos de dificuldades, distúrbios e ou condições que atrapalhem o processo natural do ensino e da aprendizagem do aluno, assim, a psicopedagogia conta com uma série de recursos que permite ao psicopedagogo desenvolver nos estritos limites das atividades que lhe são concedidas, ou seja, é fundamental que o professor esteja sempre em formação, se capacitando para melhor trabalhar em sala de aula.

Sendo necessário que todos os membros da escola estejam envolvidos nesse momento de discussão de ideias e ações para a melhoria da educação inclusiva e de métodos para atingir a aprendizagem. Com a observação foi possível destacar aspectos importante quanto aos professores, revelando sua ação enquanto educadores e que de tal modo devem fazer parte da educação para realizar melhor suas atividades, esta atuação do profissional habilitado reflete muito nas palavras de Lodi (2013), que destaca a educação bilíngue para surdos no processo de inclusão, mediante a formação do professor que influencia diretamente na melhoria do ensino e retrata a realidade almejada segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05 .

Quanto as considerações sobre como o profissional vê o IFPB enquanto ambiente que de fato de inclusão para os alunos com deficiência, destacou-se o atendimento desses alunos, ressaltando mais efetiva do NAPNE, que apesar da atuação, ainda precisa de novas metodologias de abordagem desses alunos.

Que, apesar de sua atuação nos centros, com atendimento direcionado, salas especializadas, profissionais capazes, ainda sim necessita melhorar e muito no atendimento, dessa forma, segundo as palavras dos professores uma das sugestões que eles enaltecem

quanto a melhoria no atendimento e desenvolvimento das habilidade educacionais dos alunos deficientes de suas salas, eles alegam que deveriam ter maior atuação desses núcleos um programa ligado à SETEC/MEC que busca a inserção e o atendimento desses alunos.

Sabe-se que alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos de nível básico, técnico e tecnológico dos Instituições Federais de Educação (IFEs) são uma realidade e devem ter total atenção das unidades de ensino.

Nesse sentido, em parceria com os sistemas estaduais e municipais, bem como o segmento comunitário deve-se ter mais atuação dos órgãos internos quanto a garantia do acesso e permanência desses alunos dentro do processo do ensino superior, atendendo as necessidades que acabam por configurar em dificuldades de sua permanência.

Outro ponto interessante é quanto a consolidação das metodologias de ensino que segundo os professores devem ter um olhar ainda mais incluso e atender junto ao núcleo de acessibilidade do IFPB – Campus Guarabira a disposição sobre as necessidades da educação especial e do atendimento educacional especializado a alunos do Instituto entre outras providências, destacadas pelos entrevistados.

O processo de desenvolvimento do trabalho do professor da educação inclusiva, segundo Lordi (2013) consiste no reconhecimento de sua função e como o mesmo pode operar para a diminuição de casos de dificuldades, distúrbios e ou condições que atrapalhem o processo natural do ensino e da aprendizagem do aluno, assim, a psicopedagogia conta com uma série de recursos que permite ao psicopedagogo desenvolver nos estritos limites das atividades que lhe são concedidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou a temática da influência no reconhecimento das práticas educacionais abordadas pelo/a professor/a no processo de ensino e aprendizagem e abordagens inclusivas para estudantes com deficiência, alunos surdos, no contexto de formação e desenvolvimento deste indivíduo no processo educacional do IFPB Campus Guarabira – PB, bem como sua contribuição no desenvolvimento para seu processo de ensino e aprendizagem de forma geral.

Visto que incluir é um dos elementos mais importantes do princípio da educação especial, por exemplo, estando ao lado das necessidades básicas de instituir uma educação de qualidade e respeito para todos. Sendo assim buscou-se com a observação da postura do professor/a em sala de aula para entendermos o universo que gira em torno da temática inclusiva e como ela está sendo trabalhado pelo educador para atingir as potencialidades deste educando, bem como, as possíveis dificuldades no sistema de ensino desenvolvida pelo campo de pesquisa.

Tomando como base as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores na educação inclusiva a fim de estimular e interagir os alunos com os processos lúdicos, metodologias específicas e dirimidas dentro do PPP da Instituição e Currículo Institucional da Educação Especial descritiva nos documentos oficiais do nosso País, é importante aqui destacar as premissas que são importantes dentro dos recursos pedagógicos.

Foi observado com todo o estudo desse contexto inclusivo, que através dos conceitos e indagações ao longo do trabalho que o incluir deverá haver um verdadeiro estímulo para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e deste educando, trabalhando a linguagem, atenção, curiosidade, interação, concentração, respeito às regras, autoestima, dentre outras habilidades do aluno que podem bem ser estimuladas de outras formas.

Assim, foi importante, no tocante deste percurso metodológico destacar que os alunos com deficiência que o IFPB Campus Guarabira – PB, atende estão assistidos com o descreve e define a legislação brasileira, levando em consideração o bem estar do educando, do professor em constante formação e trabalho e que através de metodologias inclusivas será possível chega a efetua-las em sala de aula, o aluno tem maiores possibilidade de desenvolver cada vez melhor e de até mesmo diminuir certas dificuldades de aprendizagem que ele possa apresentar nesse processo que deverá ser contínuo.

Dessa forma o presente artigo atingiu os objetivos que se propôs a investigar, dentro de uma metodologia qualitativa, descritiva e exploratória.

Diante do exposto, faz-se necessário primeiro destacar os conceitos de Educação Inclusiva na perspectiva da percepção dos professores acerca da educação inclusiva no IFPB. Em seguida, torna-se relevante compreender como esse processo de recepção, acolhimento, metodologia, ensino e aprendizagem desses alunos foram percebidos dentro do contexto da Observação do Campo de Pesquisa (IFPB-CAMPUS GUARABIRA-PB) que os profissionais da Instituição são comprometidos com cada um desses aspectos acima citados e que convergem numa educação de qualidade e respeito ao educando. Por fim, aqui foram apresentadas em forma de considerações finais os resultados que elencaram este artigo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiências. *Revista do Ministério do Trabalho*, v. 11, n. 21, p.160-173, mar. 2001.

BORBA, Rubens José de. **A Importância Do Planejamento No Processo Ensino-Aprendizagem**. Araguaiana – TO, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

_____. **Lei federal n. 7853/89 dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência**, 1989.

_____. **Lei Federal n.8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e da outras providencias. Porto Alegre: CMDCA, 1996.

_____. **Lei Federal n. 10.436 de 24 de abril de 2002**. Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e da outras providencias, Brasília, 2002

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de educação Especial**. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Vol I e II Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. **Decreto n. 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n. 10436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 23 de março de 2018.

BRASIL. **Lei Federal n. 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 31 de março de 2018.

BRASIL. **Lei Federal n. 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 01 de abril de 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

DAMÁZIO, M. F.M. **Deficiência Auditiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Educação. Educação Escolar da Pessoa com Surdez: uma proposta inclusiva**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, de junho de 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 de abril de 2018.

DEUS, Maria de Lourdes Fonseca de. **Surdez: Linguagem, Comunicação E Aprendizagem Do Aluno Com Surdez Na Sala De Aula Comum**. Maringá – PR, 2011.

FRANÇA, S. D. **Inclusão de alunos com NEE no ensino superior: um estudo de caso na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Programa de Doutorado em Ciências da Educação, Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2014.

LAPLANE, Adriana Frizman; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão, diversidade e igualdade na CONAE 2010: perspectivas para o novo Plano Nacional de Educação**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 919-938, jul./set. 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LORDI, Ana Claudia Balieiro. **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05**. Educ. Pesquisa. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a04.pdf> Acessado em: 09 de dezembro de 2018.

LOPES, Ligiane de Castro. **A produção textual de alunos surdos sob a mediação de softwares educativos**. Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre. Fortaleza – CE, 2006. Disponível em: http://www.aprendizagemnadiversidade.ufc.br/documentos/teses_e_dissertacoes/Producao%20textual%20de%20alunos%20surdos.pdf Acessado em: 06 de dezembro de 2018.

LOPES, Maura Corcini. MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **Inclusão de alunos surdos na escola regular**. Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [36]:69-90, maio/agosto 2010. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n36/03.pdf> Acessado em: 09 de dezembro de 2018.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PEREIRA, M. M. (2008). **Inclusão Escolar: Um desafio entre o ideal e o real**. Disponível em: <http://www.pedagogobrasil.com.br/educacaoespecial/inclusaoescolar.htm> Acesso em: 01 de abril de 2018.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual De Metodologia Científica**. Editora Jurua Editora. 2014.

PIAGET, J. **A construção do real na criança**. São Paulo: Ática, 1982.

SAMPAIO, Cristiane T. SAMPAIO, Sônia Maria R. **Educação inclusiva o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 162 p. 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Teoria e Prática: a educação especial**. João Pessoa: Graffiset, 2010.

TEIXEIRA, Lucia Helena Gonçalves. **Cultura organizacional e projeto de mudança em escolas públicas**. Campinas, SP: autores Associados, São Paulo, SP, UMESP, ANPAE, 2002.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

PARTE I • Descrever como se apresentam as estratégias pedagógicas inclusivas dos professores que atuam com alunos com deficiência

- 1 - Quais são as principais metodologias de ensino que você utiliza em sala de aula?
- 2 - Essas metodologias se aplicam bem aos seus alunos com deficiência?
- 3 - Que estratégias pedagógicas você tem que adotar para proporcionar as mesmas condições de aprendizagem para os alunos com deficiência?
- 4 - Existem estratégias pedagógicas que você já tentou adotar mas não obteve sucesso? E quais são as que mais dão certo?

PARTE II: • Identificar as dificuldades que os professores enfrentam para atendimento dos alunos público-alvo da educação especial

- 5 - Na sua percepção, quais são as principais dificuldades para ensinar alunos com deficiência no IFPB?
- 6 - Para promover o processo de ensino aprendizagem junto aos alunos deficientes você precisa do apoio do NAPNE. Qual sua percepção sobre o apoio da instituição para que você consiga atender bem os alunos com deficiência?
- 7 - Quais são as suas ações como resposta a esses problemas ou dificuldades? Você consegue resolver sozinho? Depende de outros agentes de apoio, como família, NAPNE, outros professores, gestão do instituto?
- 8- Quais são as principais dificuldades, no seu ponto de vista, no papel que cabe ao aluno?
- 9 – Quais as principais dificuldades que você encontra não preparar as aulas no intuito de promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais com os demais alunos?
- 10 – Você se considera, diante o oferecimento do currículo da Instituição, preparado para agir diante os processos de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em suas salas de aula?

PARTE III: •Levantar as sugestões dos professores para melhorar o atendimento dos alunos com deficiência

- 11 - Na sua opinião, o que precisa melhorar no atendimento ao aluno com deficiência?
- 12 - Como você pode melhorar o seu trabalho de modo a impactar na qualidade do processo de ensino aprendizagem?
- 13- Você considera que o IFPB é um ambiente que de fato inclui o aluno com deficiência?
- 14 – Você considera importante a necessidade da elaboração de programas de formação continuada para discutir a educação inclusiva no IFPB?